



## A tortura denunciada sem meias palavras: um livro expõe os porões da ditadura<sup>1</sup>

Flamarion Maués Pelúcio Silva<sup>2</sup>

Fundação Perseu Abramo

**Resumo:** O objetivo é analisar o processo de produção, edição e distribuição do livro *Tortura: A história da repressão política no Brasil*, de Antonio Calos Fon, publicado em 1979 pela editora Global. O livro mostra como foi organizado o aparelho repressivo do regime militar pós-1964 e como a tortura aos presos políticos passou a ser utilizada de forma sistemática e “científica” contra os “subversivos”. O estudo trabalha com o conceito de “livros de oposição”, que venho desenvolvendo, a partir dos seguintes pontos: 1) o papel político que a obra desempenhou no período estudado; 2) conteúdo do livro; 3) condições em que o texto foi criado; 4) percurso do original ao livro publicado; 5) perfil do autor; 6) perfil da editora; 7) ligações políticas do autor e da editora; 8) difusão da obra; 9) repercussão nos meios políticos e na imprensa; 9) análise da obra como produto editorial e comercial.

**Palavras-chave:** Livros de oposição; editoras de oposição; repressão política no Brasil; História do livro; História editorial.

Este artigo visa analisar o processo de produção, edição e distribuição do livro *Tortura: A história da repressão política no Brasil*, do jornalista Antonio Calos Fon, publicado em julho de 1979 pela editora Global, de São Paulo<sup>3</sup>.

O livro é consequência de um trabalho jornalístico de cerca de cinco meses realizado por Fon para a revista semanal *Veja*, em que ele trabalhava. O resultado inicial dessa reportagem foram duas matérias publicadas na edição nº 546, de 21 de fevereiro de 1979, de *Veja*, intituladas “Descendo aos porões” e “Um poder na sombra”, que ocuparam nove páginas daquela edição. Poucos meses depois foi editado o livro *Tortura: A história da repressão política no Brasil*, que trazia a íntegra do material recolhido pelo repórter e que não fora possível publicar na revista.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Produção Editorial.

<sup>2</sup> Mestre em História pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo. Coordenador editorial da Editora Fundação Perseu Abramo. Email: flamaues@terra.com.br

<sup>3</sup> A partir de metodologia desenvolvida no artigo “Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio: Livros de oposição no regime militar, um estudo de caso” (*Em Questão*, Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, ISSN 1807-8893 UFRGS, v.11, n.2, julho a dezembro 2005, p. 259-279. Disponível em: <[http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf\\_2005\\_v11\\_n2/3\\_tersimplesmente.pdf](http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf_2005_v11_n2/3_tersimplesmente.pdf)>), analisarei a edição do livro a partir dos seguintes pontos: 1) o papel político que a obra desempenhou no período estudado; 2) conteúdo do livro; 3) condições em que o texto foi criado; 4) percurso do original ao livro publicado; 5) perfil do autor e da editora; 6) ligações políticas do autor e da editora; 7) difusão da obra; 8) repercussão nos meios políticos e na imprensa; 9) análise da obra como produto editorial e comercial.



A reportagem mostrava em detalhes como havia sido organizado o aparelho repressivo do regime militar pós-1964 e como a tortura de presos políticos passara a ser utilizada de forma sistemática e “científica” contra os “subversivos”. A descrição das técnicas de suplício é feita de forma circunstanciada na matéria da revista e no livro, de modo impactante para o leitor.

Foi o primeiro trabalho jornalístico publicado pela grande imprensa no Brasil que demonstrava que o aparato repressivo da ditadura havia sido uma estrutura pensada e desenvolvida de modo sistemático e organizado, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, e que ele não fora um “desvio” ou uma “anomalia” do regime civil-militar, mas, ao contrário, representava um fruto do sistema de poder que se impusera com o golpe – particularmente após o Ato Institucional nº 5. Fon mostrava em sua reportagem que a tortura não decorreria de “excessos” de militares e policiais mais afoitos ou mais afeitos à violência, mas sim de uma concepção de poder que encarava a dissidência como crime e transformava os opositores em “inimigos internos”.

O livro foi lançado com uma tiragem inicial de 5 mil exemplares e, além da distribuição normal em livrarias, foi também colocado à venda em bancas de jornais<sup>4</sup>. A primeira tiragem esgotou-se em apenas uma semana. O livro teve pelo menos sete reimpressões e vendeu cerca de 30 mil exemplares.

As fontes que utilizei neste artigo foram principalmente as entrevistas a mim concedidas por Antonio Carlos Fon, José Carlos Venâncio e Luís Alves, estes dois últimos os responsáveis pela edição do livro. Usei também matérias jornalísticas da época e artigos e obras sobre o período.

### **Jornalismo na veia**

Em 1979, Antonio Carlos Fon já era um experiente jornalista, com mais de dez anos de profissão. Sua trajetória se iniciara no jornal *O Dia*, de São Paulo, como repórter policial. Logo ganhou destaque na área e se transferiu para o *Diário Populare*, em seguida, para o *Jornal da Tarde*, em que também atuou no setor policial. Depois, trabalhou nas revistas *Realidade*, *Veja* (ambas da editora Abril) e *Visão* – nestes casos já não apenas como repórter policial.

---

<sup>4</sup> “Mapa do inferno”. *Veja*, 18/7/1979, p. 110-111. Venâncio diz que a Global tinha um esquema de venda em bancas e que provavelmente o livro de Fon tenha ido para as bancas. “Dependendo do título nós colocávamos em banca, pois tínhamos um esquema bom de bancas naquela época.” Entrevista com José Carlos Venâncio, São Paulo, 17/1/2007.



Desde sua adolescência, Fon se ligara a grupos de esquerda – primeiro ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), a partir de 1964, e depois ao grupo que junto com Carlos Marighella rompeu com o partido e fundou a ALN (Ação Libertadora Nacional), em 1967.

Fon chegou a ser preso pela Operação Bandeirantes (Oban) – antecessora do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) – em 29 de setembro de 1969, quando a repressão buscava seu irmão, Aton Fon Filho, também militante. Eles dividiam um apartamento no centro de São Paulo e quando a polícia chegou Aton não estava em casa, mas Antonio Carlos Fon estava, e acabou preso. Ficou 17 dias na Oban, período durante o qual foi barbaramente torturado. Depois ficou mais 40 dias preso no DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) e no Presídio Tiradentes, até ser solto no dia 19 de novembro<sup>5</sup>.

Em 1979, quando foi publicada sua reportagem sobre os porões da repressão, mantinha ainda vínculos com organizações de esquerda e atuava ativamente na campanha pela anistia.

### **As origens da reportagem e sua repercussão**

De acordo com Fon, a pauta da matéria sobre os porões da repressão teve origem na própria direção de *Veja*, que o encarregou de realizá-la. Segundo ele, comentava-se na redação que a iniciativa teria sido de Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe do Gabinete Civil durante todo o governo Geisel (1974-1979) e parte do governo Figueiredo (até o começo de agosto de 1981), e um dos mais importantes formuladores das decisões políticas do período militar, principalmente nos anos 1970. “Ele estava em rota de colisão com os setores mais duros dos militares e teria sugerido que a matéria fosse feita como forma de conter, de pôr uma pá de cal na cova dos órgãos de segurança”<sup>6</sup>. Para Fon, “O Golbery praticamente pautava a imprensa brasileira na época, especialmente a *Veja*. Na verdade, a condição *sine qua non* para a contratação dos editores de política na época era saber se se relacionavam bem com ele. Tem muito medalhão da imprensa hoje que começou assim”.

<sup>5</sup> Entrevista com Antonio Carlos Fon, São Paulo, 11/1/2007. Todas as informações biográficas de Fon foram fornecidas por ele na entrevista. Sobre a prisão e tortura na Oban, além de seu depoimento, utilizei também a Introdução do livro *Tortura: A história da repressão política no Brasil*, em que ele narra esse episódio.

<sup>6</sup> Entrevista com Antonio Carlos Fon, São Paulo, 11/1/2007. Todas as citações de Fon foram retiradas dessa entrevista.

Esta relação do general Golbery com parte da grande imprensa brasileira naquele momento, e que estaria na gênese da matéria de Fon, é descrita e analisada no trabalho da cientista política Celina Rabello Duarte, em sua dissertação de mestrado *Imprensa e redemocratização no Brasil: Um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978*, defendida da PUC-SP em 1987<sup>7</sup>.

Após cinco meses de trabalho, a matéria estava pronta em novembro de 1978. “Ela foi reescrita algumas vezes. Eu não tenho como provar, mas sei que a matéria foi algumas vezes a Brasília, mas não era aprovada, até que se definiu o texto final. Na verdade, a matéria acabou virando um problema para *Veja*, por isso só saiu em fevereiro de 1979, na edição de Carnaval, que é a edição menos lida do ano, sem nenhuma chamada na capa”, diz Fon.

Mesmo sendo publicada dessa forma, a matéria foi abrangente e detalhada, e teve grande repercussão. Afinal, era a primeira vez que a grande imprensa abordava de modo tão direto o tema da tortura, com testemunhos de policiais, militares, advogados e presos políticos.

Uma das formas de repercussão das matérias foi o pedido feito pelo então ministro do Exército, Fernando Bethlem, de enquadramento de Fon na Lei de Segurança Nacional<sup>8</sup>. A denúncia foi aceita, o que levou à abertura de um processo judicial.

Além desses problemas, outros, mais assustadores, passaram a perseguir Fon. “Nesse período as pressões não foram apenas de ordem legal. Tentaram me matar, sabotaram meu carro, depois da matéria. Cortaram a tubulação do fluido do freio para causar um acidente”. O fato ocorreu quando Fon já estava trabalhando no *Jornal da República* e numa noite, ao voltar para casa no seu carro, quase sofreu um “acidente”. “Fui parar num sinal mas o freio não funcionou, de repente não tinha mais freio. Por sorte era de noite e eu vinha a baixa velocidade, as ruas já estavam vazias e deu para parar. Isso foi no final de 1979, começo de 1980”, lembra Fon.

---

<sup>7</sup> Nesse trabalho a autora mostra, a partir de entrevistas com vários jornalistas dos mais importantes veículos de comunicação do país no final dos anos 1970, como a grande imprensa teve um papel de destaque no processo de abertura política iniciado no governo Geisel. Para o novo governo, era interessante uma certa liberalização da imprensa, com o fim da censura nos principais veículos de comunicação, desde que isso se desse dentro dos marcos do projeto de abertura proposto. Dessa forma, boa parte da grande imprensa foi, de certa forma, instrumentalizada pelos interesses políticos do grupo de Geisel – e até mesmo se engajou nesse projeto –, cuja principal cabeça pensante era o general Golbery.

<sup>8</sup> “Cercos à imprensa nanica”. *IstoÉ*, 25/4/1979, p. 13-15.



## O livro

Em julho de 1979, cinco meses após a publicação da matéria de Fon em *Veja*, foi lançado pela editora Global, de São Paulo, o livro *Tortura: A história da repressão política no Brasil*.

O livro traz a íntegra da reportagem de Fon, sem as limitações de espaço a que a matéria estava sujeita na revista. É um pequeno livro de 79 páginas, denso de informações e de revelações sobre a forma como foi montado o esquema de repressão da ditadura brasileira, principalmente a partir da criação da Operação Bandeirantes, em São Paulo, em 1969. O livro detalha informações já reveladas por *Veja* e acrescenta outras que não haviam sido publicadas. Além disso, revela as divergências e embates que ocorriam nos setores ligados à repressão, como a disputa entre DOI-CODI e DOPS, por exemplo<sup>9</sup>.

A repercussão da matéria de *Veja* havia de certa forma criado a expectativa de que um livro com a íntegra da matéria seria publicado, lembra Fon. Apesar disso, o autor revela que a primeira editora procurada para lançar o livro, a Alfa-Omega, de São Paulo, não aceitou publicar o livro.

A segunda editora procurada foi a Global. “Não lembro quem me indicou a Global. Era uma editora relativamente nova, que estava se destacando por lançar livros de esquerda”, lembra Fon. “Com a Global não houve nenhum problema, eles toparam editar o livro na hora. Meu contato inicial lá foi com o José Carlos Venâncio, que era o editor da Global”.

Venâncio completa o que Fon diz: “Se não me falha a memória, acredito que tenha sido o Fernando Portela [jornalista do *Jornal da Tarde*, autor do livro *Guerra de guerrilhas no Brasil*, lançado em 1979 pela Global] que nos aproximou do livro. Aí eu o conheci e acertamos a publicação do livro”.

## A editora Global

Fundada na cidade de São Paulo em outubro de 1973, a Global foi uma das editoras mais atuantes no final dos anos 1970, tendo publicado inúmeros títulos de cunho político, em particular clássicos do pensamento socialista. Caracterizava-se claramente

---

<sup>9</sup> O livro se divide nos seguintes capítulos: Introdução; O lançamento da “Operação Bandeirantes”; Entrevista com um ex-secretário da Segurança; Prender, torturar, matar; Um sargento assassinado; O caso Para-Sar; Sangue de patriota; Torturando crianças, A “Fazenda 31 de março”; Atirar para matar; Os grupos especiais; CODI-DOI X DOPS; A Doutrina da Segurança Nacional; “Vi coisas de arrepiar”; Alguns métodos de tortura.



como uma editora de oposição<sup>10</sup>. Criada por Luiz Alves, a editora surgiu como decorrência do trabalho da distribuidora de livros Farmalivros, que se distinguia por vender livros em pontos comerciais até então não explorados por este setor, como farmácias, supermercados, salões de cabeleireiros, hotéis, postos de gasolina e até em táxis. Luiz Alves cuidava do marketing da empresa, como autônomo.

“Percebemos que, com a Farmalivros, tínhamos que ter uma editora para atender a alguns segmentos. O primeiro livro da Global, por incrível que pareça, foi um livro da Adelaide Carraro chamado *Submundo da sociedade*”, lembra Alves<sup>11</sup>. Em 1976, a Global tinha um catálogo de cerca de 70 títulos, todos produzidos para a Farmalivros, e já tinha mais dois autores malditos – além de Adelaide Carraro –, Cassandra Rios e Plínio Marcos.

Mas naquele ano a Farmalivros entrou em concordata, o que obrigou a Global a uma guinada radical em sua linha editorial, o que se dá com a admissão do livreiro, editor e militante socialista moçambicano José Carlos Venâncio na área editorial da empresa. Com ele, a editora passa a ter uma linha marcadamente política e de esquerda.

“Ele veio de Moçambique com idéias de publicar coisas que no Brasil seriam muito temerárias. Ele foi o introdutor dessa nova gestão de edições da Global, foi o ideólogo disso tudo”, conta Alves. “Juntou-se à editora uma pessoa que tinha uma cultura bem preparada, uma formação ideológica muito forte. Eu apostei no trabalho dele como funcionário da empresa”, completa. Cerca de um ano depois, Venâncio se tornou sócio da editora.

O moçambicano José Carlos Venâncio tinha menos de 30 anos quando chegou ao Brasil, em janeiro de 1976. Havia estudado direito em Portugal, onde trabalhara na editora D. Quixote. Em Moçambique fora dono de uma grande livraria e com o processo de independência nacional, em 1975, tornou-se secretário do Grupo Dinamizador da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) no ensino particular.

Veio para o Brasil com o convite de trabalhar com Valdir Martins Fontes, dono da Livraria e Editora Martins Fontes. Mas acabou, por indicação de Martins Fontes, indo trabalhar com o Washington Helou na editora Edart, experiência que não deu certo. Foi então, sempre por recomendação de Martins Fontes, trabalhar com Luiz Alves na Global.

---

<sup>10</sup> Sobre os conceitos de editoras de oposição e livros de oposição, ver minha dissertação de mestrado mencionada na nota 1.

<sup>11</sup> Entrevista com Luís Alves em 04/08/2004. Todas as citações de Alves foram retiradas dessa entrevista.



“A Global era uma editora de apoio para uma distribuidora de livros, a Farmalivros. Quando assumi, já haviam sido publicados alguns títulos de apelo popular dirigidos para o mercado de bancas e farmácias. Sugeri então fazer um projeto editorial para livrarias”, recorda Venâncio. “Alguns dos títulos iniciais eu já havia publicado em Moçambique ou trazido de Portugal. O Luiz Alves me deu apoio total e autonomia para desenvolver várias coleções, começando pela coleção Bases (com textos clássicos do marxismo) e pela Passado&Presente (de textos e reportagens da história recente do Brasil)”, completa.

De acordo com Venâncio, a nova linha da Global se ligava a um projeto político para o Brasil. “Eu tinha uma militância terceiro-mundista e sentia que aquele era o momento não só para testar a anunciada abertura política, mas principalmente para franquear aos leitores a história verdadeira que lhes era até então sonhada”, lembra Venâncio.

No Brasil, Venâncio se vinculou ao brizolismo, mas ressalta que mantinha amplas relações com organizações políticas, entre eles o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), o PT e o PCB, mas também com movimentos populares (Anistia, Sem Terra, campanha das Diretas Já) etc. “A nossa política editorial era ampla, independente e não-sectária e garantíamos espaço e voz a todos os que tinham em comum a luta contra a ditadura”, diz Venâncio.

O êxito político e comercial da Global foi imediato. Ela logo se tornou uma das mais atuantes editoras do país, publicando dezenas de títulos por ano, tendo chegado em alguns anos a editar mais de cem obras. Apesar dos problemas com a censura e a apreensão de livros, que ocorreram algumas vezes, a editora teve uma história de crescimento empresarial que durou muitos anos<sup>12</sup>.

Tendo começado essa nova fase editorial principalmente com a publicação de clássicos do pensamento socialista – livros de Marx, Engels, Lenin, Stalin, Plakhanov, Mao Tsetung, Marta Harnacker etc., todos derivados de traduções portuguesas já existentes, adaptadas ao português do Brasil –, num segundo momento a editora iniciou a edição de obras de autores brasileiros, sempre na linha de títulos de cunho político de esquerda e de oposição ao regime militar.

---

<sup>12</sup> A editora existe até hoje, em plena atividade, e ainda sob a batuta de Luiz Alves. Mas sua linha editorial mudou. Hoje ela edita principalmente literatura, livros infanto-juvenis e obras destinadas às escolas públicas. Venâncio, depois de passagens pela política, continua também na área editorial, como proprietário das editoras Ground e Aquariana.



É assim que tem início a coleção *Passado&Presente*, na qual será publicado o livro de Antonio Carlos Fon, como seu oitavo volume.

### **O lançamento do livro e suas repercussões**

Em julho de 1979 foi lançada a primeira edição, com 5 mil exemplares, e ainda no mesmo mês de julho, saiu a segunda edição, também de 5 mil. A terceira, novamente de 5 mil, foi feita em agosto de 1979. As demais edições foram de 3 mil livros. No total venderam-se cerca de 30 mil exemplares no período de dois anos.

Uma das características particulares do livro é que, em todas as edições, o autor doou seus direitos autorais. A cada edição, os pagamentos de direitos autorais eram direcionados para uma entidade: CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), sindicatos, PT (Partido dos Trabalhadores), UNE (União Nacional dos Estudantes), Movimento Contra a Carestia etc. A editora pagava diretamente em livros para os movimentos, que os revendiam para fazer finanças.

Fon explica, com emoção, essa sua atitude: “Eu não podia pegar em dinheiro dessa história. Eu não conseguiria entrar num restaurante, jantar e pagar com o dinheiro vindo do relato desses casos. Eu sou meio bobo até hoje, sabe”.

De acordo com Fon, foram feitos lançamentos do livro em várias cidades do Brasil, como Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife. “Em Recife ocorreu o lançamento que, entre todos, mais me emocionou. Foi na véspera da chegada do Arraes do exílio”.

Geralmente os lançamentos eram feitos com noite de autógrafos e debates. “Os lançamentos eram um pouco comerciais e um pouco políticos. Algumas entidades se juntavam para pagar a minha ida aos eventos em outros estados, faziam os folhetos de divulgação. E a editora ajudava. Ela ganhou também muito dinheiro, em apenas dois ou três meses foram três edições, num total de 20 mil exemplares”, diz Fon.

José Carlos Venâncio completa, afirmando: “O livro vendeu muito bem, e teve uma repercussão enorme. Foi intensamente trabalhado em sindicatos, universidades, na campanha pela anistia”. E continua: “Entrou rapidamente na lista dos mais vendidos da *Veja* e continuou sendo várias vezes reeditado”<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> De fato, na edição n. 570 de *Veja* (8/8/1979) a obra aparece pela primeira vez na lista dos livros mais vendidos (não-ficção) da semana, na nona posição. Já na segunda semana na lista, passa para o terceiro lugar. Um mês depois, em meados de setembro, chegava ao segundo lugar, até que no início de outubro estava em primeiro lugar entre os livros de não-ficção mais vendidos. No total, o livro permaneceu na lista por 20 semanas consecutivas, até a edição n. 589 (19/12/1979), ou seja, por quatro meses seguidos,





Para Fon, as repercussões foram também profissionais: “Depois da *Veja*, fui trabalhar no *Jornal da República*, que estava começando. Depois que o jornal fechou, eu não conseguia mais emprego, porque onde eu ia pedir emprego o pessoal da repressão ia atrás dizendo que era desaconselhável me contratar – e na época isso ainda pesava”.

Perguntado se em algum momento viu a realização da reportagem ou a edição do livro como um “ajuste de contas” com os torturadores – uma vez que ele mesmo havia sido vítima de tortura, assim como seu irmão, que ainda estava preso naquele momento –, Fon responde de forma profissional: “Eu sempre dividi muito bem o que é militância e o que é atuação profissional. Se você não dividir, dá um nó na cabeça. Por incrível que pareça, não houve em nenhum momento, durante todo o processo de feitura da matéria, nenhum sentimento de vingança”.

### **O livro e seu papel político**

A partir desse quadro traçado sobre a história da obra e de sua edição em livro, cabe agora uma análise do seu papel na luta política naquele momento, tanto no que diz respeito às disputas entre os setores militares como no que concerne ao seu papel na denúncia da ditadura e na luta para o seu fim.

Apesar da provável origem “oficial” da iniciativa da reportagem que deu origem ao livro, a verdade é que a matéria acabou por ter repercussões que fugiram ao controle dos seus possíveis mentores, transformando-se em contundente denúncia da repressão e das torturas praticadas pelo regime militar contra seus opositores. “Acho que nem a *Veja* nem o Golbery imaginavam que a matéria chegaria aonde chegou”, diz Fon.

José Carlos Venâncio afirma que “O livro do Fon ajudou a levantar o véu da ditadura”. Falando de forma mais ampla, não só sobre o livro, mas sobre o papel da editora Global e de outras editoras de oposição no período, ele diz: “Acredito que cumprimos bem aquele papel de trazer informações até então desconhecidas do grande público. Estávamos imbuídos de muito idealismo e tínhamos consciência de que estávamos fazendo história, embora sem medir muito bem as conseqüências”.

Parece claro que o sucesso do livro indica que ele cumpriu um certo papel na denúncia das arbitrariedades da ditadura e nas lutas em defesa dos direitos humanos e pela anistia, que se desenvolviam com força em 1979 no quadro político de embate



entre os setores que se opunham ao regime e o governo recém-empossado do general João Baptista Figueiredo, o quinto chefiado por um general – e escolhido sem eleições livres – desde 1964.

É importante notar que o tema abordado no livro – a política sistemática de tortura a presos políticos durante a ditadura, promovida e realizada por membros do governo, militares e policiais, em dependências oficiais e extra-oficiais – era ainda conhecido por uma parcela relativamente pequena da sociedade. Ou melhor, a maior parte da sociedade não dispunha de relatos tão detalhados sobre essas práticas como as fornecidas pela obra de Fon, que estava sendo vendida inclusive em bancas de jornais. Assim, as reportagens de *Veja* e o livro colaboraram para que este tema tão importante e – tão sensível para os militares, muitos dos quais negam até hoje que existisse tortura – entrasse na pauta do debate político nacional.

O fato de a obra aparecer durante quatro meses seguidos nas listas dos livros mais vendidos é também um elemento revelador de sua repercussão e importância. Pode ser visto como a comprovação de que o livro respondeu a um anseio de informação existente na sociedade – ao menos naquela parcela que compra livros. Foi também um fator que realimentou o processo de circulação da obra, uma vez que estimulou livrinhos a mantê-la em destaque em suas lojas e motivou leitores que ainda não haviam comprado a obra a fazê-lo.

O número de exemplares vendidos num período relativamente curto (cerca de 30 mil exemplares em dois anos, dos quais cerca de 20 mil em poucos meses), mostra também que o livro obteve um alcance de vendas muito acima da média.

Em relação ao papel político que o livro desempenhou, os eventos de lançamento e as noites de autógrafos do livro, que ocorreram em diversas cidades e se integraram na campanha da anistia, marcam também as possibilidades diferenciadas que a edição em livro permite a uma obra. A revista *Veja*, apesar de sua grande tiragem e do seu alcance nacional, tem uma repercussão muito concentrada no tempo, ou seja, tal repercussão se dá na semana em que a matéria é publicada e, de forma já bem mais atenuada, nas semanas seguintes, por meio de cartas dos leitores ou de repercussões na própria revista ou em outros veículos de comunicação. Mas a tendência é que logo a matéria perca força, deixe de ser considerada “quente”.

O livro, apesar de sua tiragem muito menor em termos quantitativos, permite um maior detalhamento de informações e, ao mesmo tempo, dá ao texto uma maior perenidade, proporcionado que ele circule e repercuta por um tempo muito maior. E



permite também que diversos eventos, como lançamentos e noites de autógrafos, sejam promovidos em torno da publicação, fazendo com que o livro seja lançado diversas vezes, em lugares diferentes, possibilitando, em cada ocasião, a realização de debates e mobilizações sobre o tema abordado, além de permitir ao autor conceder entrevistas, realizar palestras e outras atividades relacionadas à sua obra.

### **Bibliografia**

- ABREU, Alzira Alves de. “A mídia na transição democrática”. Anais da XXVIII Encontro Anual da Anpocs. ST 09 Democracia, Comunicação, Política e Eleições. Caxambu, 2004.
- “CERCO à imprensa nanica”. *IstoÉ*, 25/4/1979, p. 13-15.
- DUARTE, Celina Rabello. *Imprensa e redemocratização no Brasil: Um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1987.
- FON, Antonio Calos. *Tortura: A história da repressão política no Brasil*. São Paulo, Global, 1979.
- GAZZOTI, Juliana. *Veja e os governos militares (68/85)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 1998.
- KUCISNKI, Bernardo. “A síndrome da antena parabólica”. In: *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 49-102.
- “MAPA do inferno”. *Veja*, 18/7/1979, p. 110-111.
- MAUÉS, Eloísa Aragão. *Em câmara lenta, de Renato Tapajós: a história do livro, experiência histórica da repressão e narrativa literária*. São Paulo, 2006, Mimeogr.
- MAUÉS, Flamarion. *Editores de oposição no período da abertura (1974-1985): Negócio e política*. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2006, dissertação de mestrado.
- MAUÉS, Flamarion. “ ‘Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio’: Livros de oposição no regime militar, um estudo de caso”. *Em Questão*, Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, ISSN 1807-8893 UFRGS, v. 11, n. 2, julho a dezembro 2005, p. 259-279. Disponível em:  
<[http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf\\_2005\\_v11\\_n2/3\\_tersemplesmente.pdf](http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf_2005_v11_n2/3_tersemplesmente.pdf)>.
- “PRESOS denunciam 233 torturadores”. *Em Tempo*, n. 17, 2/7/1978.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- SOUZA, Percival. *Autópsia do medo: Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo, Globo, 2000.
- “UMA reportagem levada aos tribunais”. *Veja*, 18/7/1979, p. 110-111.



*Entrevistas*

Entrevista com Antonio Carlos Fon, São Paulo, 11/1/2007.

Entrevista com José Carlos Venâncio, São Paulo, 17/1/2007.

Entrevista com Luís Alves, em São Paulo, 04/08/2004.